

## DESINSTALANDO O “CISTEMA”: UMA EXPERIÊNCIA DO PIBID-UFBA DE SOCIOLOGIA NA DISCUSSÃO DE GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO NO COLÉGIO ESTADUAL THALES DE AZEVEDO

Lilian Aquino Meireles dos Santos; Lucas Vinicius Oliveira dos Santos;

*Universidade Federal da Bahia*

### **Resumo**

A instituição escolar tem um forte papel em distinguir e normalizar. Ao longo da história desenvolveu diversos mecanismos de disciplinarização a fim de garantir a norma. Em uma sociedade em que o normal é masculino, cisgênero, binário e heterossexual o espaço das mulheres e LGBT's tem sido o da subalternidade. O tradicional não-dizer sobre o gênero e sexualidade impõe a esses sujeitos a posição de um não-lugar, trata-se de uma pretensão de eliminá-los do conjunto das possibilidades de existência e/ou de subalternizá-los. Falar de gênero e identidade de gênero na escola é então imprescindível para uma educação que se compreenda enquanto democrática e inclusiva. A intervenção do PIBID-UFBA de Sociologia no Colégio Estadual Thales de Azevedo relatada aqui vem no sentido de pôr em prática uma perspectiva pedagógica que dignifique esses sujeitos e revele os processos pelos quais alguns são normalizados e outros marginalizados.

**Palavras-chave:** gênero na escola; gênero e educação; pedagogia queer.

### **Introdução**

Desde sua origem a instituição escolar tem sido tradicionalmente pensada como um espaço normalizador e regulador dos sujeitos. Sua organização institucional e seus múltiplos mecanismos de funcionamento e controle, como o currículo, formas de ensino, arquitetura dos prédios, salas, fardamento e etc. operam no sentido de estabelecer e reproduzir padrões que se repetem e estão consolidados como norma no todo da sociedade. Como parte importante da vivência sociocultural dos sujeitos é ela que terá relevância fundamental em oferecer as experiências que formarão o conjunto de valores e papéis a serem assumidos por eles. É nesse sentido que a escola ocupará protagonismo na formação das distinções de gênero bem como as relações de poder imbricadas nelas.

Trata-se de um processo de aprendizagem sutil e continuado que penetra nos sujeitos constituindo sua identidade e corpos (LOURO, 1997). É no espaço escolar, mas não só nele, que meninos e meninas vivenciarão as experiências que os formarão enquanto tais. E isso deve ser lido não somente pelas normas e regras que a escola formalmente expressa, mas antes de tudo pelas práticas cotidianas que todos os sujeitos vivenciam. Trata-se de perceber no processo de formação e disciplinarização uma forma específica de exercício de poder que Foucault (1987) caracteriza como aquele que toma os sujeitos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Contextualizando para a escola, revela-se que a formação e reprodução das relações desiguais de gênero longe de apenas reservar-se as normas e regras formais, estão espalhadas nas consciências dos sujeitos que a constituem, e acabam por serem tomadas por eles como naturais.

Na linguagem, na forma de ensino, no padrão de fardamento, na divisão de grupos, nos métodos de avaliação, nas atividades físicas, nas brincadeiras, pouco se questiona como as questões de gênero estão ali aplicadas. Entende-se como natural que meninos e meninas sejam divididos em grupos na educação física, que meninos sejam bons matemáticos e as meninas mais aptas para as

humanidades e linguagens, que se utilize o gênero masculino na fala mesmo que a maioria das presentes sejam meninas e que na biologia se ensine que meninos e meninas nascem assim. Nessa forma de poder que opera e se utiliza do sujeito, todos são ao mesmo tempo alvo e fiscais do gênero e dos papéis atribuídos a eles. Qualquer forma desviante é constrangida e silenciada não somente por uma forma superior de poder, mas por todos os sujeitos daquela interação. É nesse contexto que a escola será um grande locus na reprodução de opressões às identidades que não operam nos padrões de gênero estabelecidos pela sociedade.

Contudo, longe de garantir total eficácia do seu papel normalizador, a escola é ocupada e vem sendo disputada por diversos setores que não compõem o que a sociedade compreende enquanto norma. Além disso, os sujeitos não recebem de forma passiva os dispositivos e práticas da escolarização, eles reagem e respondem a essas aprendizagens, seja assimilando-as ou recusando-as (LOUROS, 2003). Dessa forma convivem, e disputam no mesmo espaço pessoas que em diferentes medidas assumem e recusam os dispositivos da cisgenderidade e da heteronormatividade e que por consequência são submetidos a diferentes procedimentos de controle do gênero e da sexualidade. Mulheres, transexuais, pessoas cis desviantes dos papéis de gênero tradicionais e pessoas que fogem da norma heterossexual estão no ambiente escolar e convivem com as práticas disciplinadoras que operam para garantir o gênero, o binário de gênero e a norma hetero.

Essas pessoas convivem tanto com as determinações declaradas dos lugares que devem ocupar e esses são lugares de subalternidade em relação a norma que é masculina, cisgênera e heterossexual. Como também são empurradas a não-lugares na medida em que não se diz sobre, o não-dizer os coloca na condição de sujeitos que não são. Não falar sobre gênero, transexualidade e homossexualidade é uma escolha que pretende eliminá-los do conjunto das possibilidades de existência e representação de si mesmos. Como afirma Louro em *A Construção escolar das diferenças* (1997), não falar de homossexuais - e aqui amplio a noção para as pessoas transexuais - no espaço legitimado da sala de aula, acaba por confiná-los às "gozações" e aos "insultos" dos recreios e dos jogos. Dessa forma, jovens gays, bissexuais, lésbicas e transexuais só podem se reconhecer como desviantes e indesejados e conseqüentemente são obrigados a esconder o que são. O silêncio é uma forte estratégia para excluir os desviantes e garantir a norma.

É fundamental que a escola e os educadores engendrem esforços na subversão dessas práticas a fim de colocar em xeque os processos pelos quais alguns sujeitos são normalizados e outros marginalizados. Trata-se de desvelar as relações de poder que se fundam e reproduzem na escola, tirando os mecanismos de disciplinarização, controle e vigilância da "ordem natural" das coisas para a compreensão da sua formação, à fim de dignificar e retirar sujeitos à margem da norma da subalternidade e garantir uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva. Falar de gênero então é imprescindível para a construção desse modelo de educação. O desafio é pensar nas práticas pedagógicas que visam a superação dessas desigualdades em um contexto de fortes ataques conservadores a essa compreensão à exemplo do projeto de lei "Escola Sem Partido" e a retirada dos termos "gênero" e "orientação sexual" do Plano Nacional de Educação entre 2014 e 2015.

Ancorada nessa perspectiva a intervenção realizada pelo PIBID-UFBA de Sociologia, supervisionado pela professora Lilian Aquino Meireles dos Santos no Colégio Estadual Thales de Azevedo em Salvador teve como objetivo problematizar as noções de gênero situando seu papel social culturalmente estabelecido e através de um olhar sociológico desconstruir as concepções

tradicionais sobre o tema no que se refere a suas supostas conexões biológicas e sua binariedade. E também problematizar os papéis sociais atribuídos aos gêneros compreendendo sua estrutura de dominação e opressão. Bem como introduzir o conceito de identidade de gênero a fim de se compreender as identidades transexuais e travestis e os dispositivos de controle atuantes sobre esses sujeitos.

## **Metodologia**

As evidências etnográficas que serão descritas foram vivenciadas e registradas, como informado, anteriormente, no Colégio Estadual Thales de Azevedo, unidade escolar situada em um bairro de classe média, Costa Azul, em Salvador.

A unidade escolar possui aproximadamente 1750 estudantes. A sua criação está datada com a publicação da Portaria nº552 no Diário Oficial de 22 de janeiro de 1997, com inauguração no dia 31 de março de 1997. Atualmente oferece no diurno o Ensino Médio, terceiro ano matutino, segundo ano matutino e vespertino, primeiro ano vespertino e no noturno curso profissionalizante técnico em hospedagem.

São cinco as turmas, com aproximadamente 200 estudantes assistidas pelo PIBID-Sociologia da Universidade Federal da Bahia. Essas turmas são do terceiro ano do Ensino Médio. No programa os bolsistas de licenciatura em sociologia tem a oportunidade de contato com a educação no ensino básico através da observação de aulas, reuniões de planejamento e formação e também intervenções com as turmas supervisionados pelo docente da unidade e coordenados por um docente da universidade.

A escolha da temática das intervenções relatadas aqui, primeiramente, atendeu a consonância com o conteúdo do primeiro trimestre: Cultura e Ideologia, estabelecido no Plano de Curso do Componente Curricular de Sociologia do terceiro ano do CETA. Contudo, a promoção da discussão sobre diversidade de gênero e combate as opressões entre os membros da comunidade escolar, bem como, a viabilização de ações de acolhimento e orientação aos estudantes trans, mulheres, com instrumentos que permitam a afirmação identitária, decorreu de demanda apresentada pelos próprios discentes apresentado nas observações de aula.

Ademais disso, em fevereiro do corrente ano, mais especificamente, na primeira reunião da equipe de bolsistas e supervisoría que atuavam na unidade escolar, fomos contemplados com o convite da Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS): “Educação em rede: articulação entre a UFBA e a escola” para a construção compartilhada de atividades que atendessem um pleito do Grêmio Estudantil sobre situações de transfobia na escola.

Desse processo destacamos duas ações desenvolvidas: a primeira, uma Roda de Conversa intitulada “Gênero e Sexualidade”, que teve como uma importante finalidade a interação e articulação dialógica entre diferentes segmentos que atuavam com práticas educativas de interlocução escola-universidade, e a segunda, intervenções diretas do PIBID de Sociologia com cinco turmas do terceiro ano, subdivididas em quatro momentos.

A primeira atividade dessa ação, a roda de conversa “Gênero e Sexualidade”, foi resultado da reunião de representações de diversos segmentos do colégio, a exemplo de discentes, professores, bolsistas do PIBID-Sociologia, coordenação e bolsistas da ACCS “Educação em rede:

articulação entre a UFBA e a escola”, representantes dos PIBID de Artes da UFBA e PIBID de Química da Universidade do Estado da Bahia. A roda contou com a participação de Tito Carvalho, ativista trans e intelectual, que mediou um debate com discentes e docentes da unidade sobre a questão da LGBTfobia.

A segunda ação, as intervenções dos bolsistas PIBID em sala de aula, foi subdividida em quatro etapas, ocorridas em quatro semanas diferentes. Na primeira, iniciaram uma discussão sobre as questões de gênero com o seguinte questionamento: “O que seriam coisas de menina e coisas de menino?”. Os estudantes deveriam articular suas opiniões com imagens de revistas e tarjas em branco onde poderiam inserir uma palavra ou frase e por fim construir um mural como resultado disso.

Na segunda etapa, foi apresentado um esquema, através de slides didáticos explicativos, com uma abordagem sociológica sobre os conceitos de gênero, identidade de gênero e a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual. Foram retomadas as frases e ilustrações do mural do primeiro momento como recurso para exemplificar a essencialização e biologização do conceito de gênero no senso comum, e as reverberações desses discursos como a violência de gênero, machismo e a LGBTfobia.

O terceiro momento da intervenção teve como enfoque trabalhar questões relacionadas à violência de gênero, tanto associadas ao feminicídio quanto à LGBTfobia numa perspectiva de sensibilização dos discentes. Para pautar tal ação, foram usados os vídeos “E se fosse com você (Por que criminalizar a homofobia?) - Põe na roda” e “Encontrando Bianca”, além de um folder que abordava os conceitos da ação anterior e dados de violência de gênero e transfobia. Após a exibição, a sala foi dividida em quatro grupos, para discussão dos vídeos e do folder e no momento seguinte foram socializadas as impressões sobre os materiais com o todo da turma.

No quarto momento, os estudantes foram novamente divididos em equipes com a proposta de construção de um mural que abordasse os conceitos trabalhados e a questão da violência de gênero e a transfobia. Tratando-se de uma produção independente foi nessa fase em que vimos de forma mais clara o resultado de todo o processo dessa intervenção. O mural foi tanto um objeto de informação para a escola, quanto um método de sensibilização para os estudantes que o construíram, além de um instrumento de empoderamento para aqueles e aquelas que sofrem com a violência de gênero.

## **Resultados e Discussão**

As ações realizadas tiveram como resultado o fomento de uma formação histórico-crítica que permitiu aos estudantes a análise de objetos concretos através de um olhar sociológico e forneceu instrumentos capazes de empoderá-los para uma intervenção em suas realidades numa perspectiva de inclusão e respeito a diversidade.

As ações que debateram as questões de gênero permitiram localizar “gênero” como um constructo social marcado cultural e historicamente desmitificando as noções naturalizantes sobre o sexo. Além de ter problematizado os papéis sociais atribuídos aos gêneros compreendendo sua

estrutura de dominação e opressão. O conceito de identidade de gênero também foi fundamental para se compreender as identidades trans e travesti, numa perspectiva de superação da transfobia.

Com essa intervenção conseguimos atender uma demanda que nos foi colocada pela própria dinâmica dos estudantes. Nas aulas que observamos as questões de gênero surgiam frequentemente nas discussões. Além disso nos foi denunciado o fato de violências transfóbicas estarem acontecendo na unidade, como o desrespeito ao nome social de estudantes trans, não só por discentes mas também por docentes. A roda de conversa principalmente, teve forte impacto na escola na medida que iniciou um debate sobre a necessidade de instrumentos capazes de acolher questões como a do nome social, por exemplo, fazendo valer instrumentos jurídicos que já existem e asseguram esse direito.

Voltando-nos para o primeiro momento da intervenção foi possível perceber que ao montar o quadro “Coisas de Menino x Coisas de Menina” as turmas ficaram bastante receosas sobre reproduzir sexismo na produção. Era comum ouvir entre eles coisas como “Isso é machista”, “Isso é para qualquer um”. Tal desconforto fez com que a maioria delas montassem um quadro neutro no meio do cartaz, representando coisas que ambos os gêneros poderiam usar/ser/fazer. Uma das turmas completou apenas essa parte do cartaz, negando-se a fazer uma divisão entre gêneros. Aproveitamos para fazer algumas provocações como: “Se para vocês não existe divisão entre gêneros, porque na turma as meninas continuam com cabelo longo e os meninos com cabelo curto? Porque vocês continuam tratando-se como meninas e meninos? Onde está o gênero então?”. Com isso, alguns alunos inseriram elemento como combinação cromossômica (XX, XY) no quadro. Esse momento foi importantíssimo tanto para perceber um avanço na percepção dos papéis de gênero pelos estudantes, quando eles classificam coisas como machistas e sexistas, ao mesmo tempo em que revelou percepções tradicionais biologicistas e sexistas que continuam arraigadas.

Na segunda etapa, após ouvir dos alunos suas percepções sobre gênero passamos para um momento de colocar em questão essas percepções. Com o cartaz que eles produziram na primeira etapa exposto no quadro, pudemos apresentar os conceitos de gênero, identidade de gênero, cisgeneridade, transexualidade, confrontando-os com a abordagem do cartaz. Aconteceram alguns casos isolados em que alguns poucos estudantes falavam sobre doutrinação e imposição de ideologia de gênero, o que foi rebatido com muita tranquilidade com dados e informações cientificamente referendadas. Ademais disso, o maior desafio era superar a concepção biologicista do debate. O mais interessante e curioso é que, ao contrário do que grande parte da equipe pensava ao planejar a atividade, os estudantes tinham bastante contato com o tema. Não era a primeira a primeira vez que haviam tido contato com os conceitos, mesmo que ainda houvesse dificuldade em articular o que seria uma pessoa transexual, confundindo o uso de artigos, por exemplo. Apesar disso, durante o debate era comum que eles mesmo trouxessem exemplos, dados de violência e etc.

A terceira e a quarta etapa foram sobretudo um momento de sensibilização dos estudantes para a violência de gênero e a transfobia. Os vídeos exibidos, bem como a cartilha com dados de violência foram muito bem recebidos por todas as turmas. Em nenhuma delas houve resistência em debater e sensibilizar-se com a questão. Ao contrário, todas as turmas produziram cartazes muitos bons que foram espalhados pela escola denunciando a violência de gênero com um chamado de respeito e valorização da diversidade.

## **Conclusão**

A educação na perspectiva sociológica comporta desvendares e exige um repensar das práticas sociais sob outros aspectos não hegemônicas, e naturalizantes.

A concomitância do ensino da sociologia, no Ensino Médio, alicerçada aos instrumentos teóricos, novos olhares e experiências contributivas dos futuros professores de sociologia (bolsistas) constituem-se em importantíssimos subsídios para a produção do conhecimento sobre o ensino dos fundamentos sociológicos na educação básica.

A presença do PIBID tem sido bastante exitosa no CETA, a propósito de superação do modelo didático-pedagógico de aula expositiva, referenciado em pressupostos teórico-metodológicos que fornecem elementos para uma prática educativa que transcenda a lógica da reprodução conteudista e hierarquizante no processo de ensino aprendizagem.

O entendimento que a constituição de uma sociedade Democrática de Direitos só se constitui com a superação de toda e qualquer forma de discriminação e suas correlações, e a inobstante constatação da não concretização de proteção efetiva de grupos historicamente marginalizados, mesmo com a existência de normatização legal, aparecem como importantes desafios para a prática educativa.

O reconhecimento das diferenças deve ser antecedido pela promoção da igualdade, e o ambiente escolar e seu trabalho pedagógico são relevantes instrumentos para a problematização, superação.

Entretanto, apesar dessa compreensão, entre muitos educadores, as instituições escolares ainda têm sido espaços a serviço da reprodução e legitimação dos padrões normativos dos grupos hegemônicos. Por isso, o reconhecimento das diferenças identitárias no interior dos grupos, a consciência das situações de opressão e a compreensão da abordagem conceitual permitem novos posicionamentos e novas atitudes.

É de extrema importância que a educação seja pensada como um instrumento de formação de sujeitos histórico-críticos. Não há sentido na sala de aula se ela não dialoga com as demandas e questões que atingem o cotidiano dos estudantes. O ensino não pode ser esquizofrênico, nem ser tratado como uma simples transferência de conhecimentos mas deve ser pensando como uma relação dialógica entre o real e uma reflexão crítica sobre ele, onde os discentes são atores ativos do processo. Nesse sentido as ações realizadas tiveram forte impacto na formação dos estudantes na medida em que dialogaram com temas centrais de sua vida, e ofereceram instrumentos capazes de empoderá-los no enfrentamento do machismo e da LGBTfobia.

## Referências

ACOSTA, T. **Morrer para nascer travesti: performatividades, escolaridades e a pedagogia da intolerância.** Universidade de São Carlos: dissertação de mestrado. Sorocaba: 2016.

ANDRADE, Francisco L. de; LIMA E SOUZA, Ângela Maria F.; “**Já nasce homem ou mulher?:** Determinismo biológico no discurso de docentes de biologia sobre sexo e gênero.” In: Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia (SINECT), 3., 2012, Ponta Grossa.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento das prisões.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2013.

LOURO, GUACIRA LOPES. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** Rev. Estud. Fem., 2001, vol.9, no.2, p.541-553. ISSN 0104-026X

LOURO, Guacira, (1997). **A construção escolar das diferenças.** In: LOURO, G. (org.) Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, p. 57-87.

MOREIRA, Antônio. CÂMARA, Michele. **Reflexões sobre currículo e identidade: implicações para a prática pedagógica.** In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.